



IMPrensa Oficial Eletrônica

Câmara Municipal de Santa Leopoldina

Santa Leopoldina, 10 de janeiro 2024 (quarta-feira)

Edição 859 (Extraordinária)

LEGISLATURA 2021/2024
BIÊNIO 2023/2024

MESA DIRETORA

Nelson Lichtenheld - PTB
Presidente

Sergio Angeli Lago - PDT
Vice-Presidente

Jefferson Rodrigues - PDT
Secretário

Luzinete Degasperi Leppaus - PTB
Tesoureira

PLENÁRIO

Deucimar Romagna - PTB

Dorgival Batista Filho - PSB

Romi Carlos Facco Muller - PDT

Rosimar Jose Lahas - CIDADANIA

Valdemiro Barth - PSDB

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, COM FUNDAMENTO NO ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.315/2009 E NO § 3º DO ARTIGO 113 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, ACRESCENTADO PELA E.L.O.M. Nº 008/2009, TRAZ AO CONHECIMENTO PÚBLICO QUE FORAM PRATICADOS OS SEGUINTE ATOS:

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2024

Instrução Normativa nº 001/2024, que dispõe sobre a regulamentação os processos de Contratação Direta pelo regime da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, no âmbito da Câmara Municipal de Santa Leopoldina, e dá outras providências, com base na Resolução nº 005 de 13 de setembro de 2023.

Versão: 01

Aprovação em: 10 de janeiro de 2024

Ato de Aprovação: Portaria nº. 007/2024

Unidade Responsável: Coordenadoria Geral Administrativa

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta os processos de contratação direta, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito do Legislativo Municipal, fundamentados nos incisos I e II, do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CAPÍTULO II **DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**

Art. 2º O processo de contratação direta, que compreende os casos de Inexigibilidade e de Dispensa de Licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos, no que couber:



IMPrensa Oficial Eletrônica

Câmara Municipal de Santa Leopoldina

Santa Leopoldina, 10 de janeiro 2024 (quarta-feira)

Edição 859 (Extraordinária)

I – Documento de formalização de demanda (DFD) e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II – Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida nesta Instrução Normativa;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV – Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V – Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Certidões Negativas Federal, Estadual e Municipal;

VI – Razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço, se for o caso; e

VIII – Autorização da autoridade competente.

§ 1º. A complementação da documentação para habilitação do fornecedor mais bem classificado na fase de lances será exigida no Aviso de Contratação publicado no Portal Nacional de Compras Públicas, observado o disposto no inciso III, caput e nos incisos I e II do Parágrafo único do art. 176 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Portal da Transparência da Câmara Municipal de Santa Leopoldina, na Imprensa Oficial Eletrônica da Câmara, e/ou Diário Oficial (DOM) ou, em caso de Dispensa de Licitação não Eletrônica, no Termo de Referência.

§ 2º. A estimativa de despesa a que se refere o inciso II, do caput deste artigo poderá ser calculada:

I – Através de pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores mediante solicitação formal de cotação, desde

que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores, sendo considerada aceitável, dentre outras, uma das seguintes justificativas:

- a) o fornecedor já tenha prestado serviço ou fornecido mercadoria para a Câmara Municipal de Santa Leopoldina;
- b) o fornecedor esteja registrado no cadastro de fornecedores da Câmara Municipal de Santa Leopoldina;
- c) o fornecedor esteja registrado no cadastro de fornecedores de quaisquer dos órgãos da Administração Direta ou Indireta do Município de Santa Leopoldina;
- d) o fornecedor seja reconhecido no ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação.

II – Através de pesquisa na internet em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e a hora de acesso;

III – Por meio da utilização dos demais métodos previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 3º. Na contratação direta por inexigibilidade ou por dispensa de licitação, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nesta Instrução Normativa, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, ou por outro meio idôneo.

Art. 4º As contratações de que tratam os incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

Parágrafo único. Será admitida a não adoção do Sistema de Dispensa Eletrônica, nos seguintes casos:



IMPrensa Oficial Eletrônica

Câmara Municipal de Santa Leopoldina

Santa Leopoldina, 10 de janeiro 2024 (quarta-feira)

Edição 859 (Extraordinária)

I - Desde que fique comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a Administração na realização da forma eletrônica, mediante prévia justificativa do Ordenador de Despesa sendo preferencialmente a publicação de chamamento público para apresentação de orçamentos, acompanhado da manifestação de interesse da Administração em obter propostas de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa;

II - Enquanto o Município não ultrapassar o número de 20.000 (vinte mil) habitantes, respeitado o prazo máximo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no caput do art. 176 da Lei citada.

CAPÍTULO II DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA

Art. 5º O Sistema de Dispensa Eletrônica será realizado por meio de sistema que promova a comunicação pela Rede Mundial de Computadores ao Portal Nacional de Compras Públicas, observadas as normas estabelecidas nesta Instrução Normativa e os procedimentos do provedor do sistema eletrônico, visando a realização dos processos de contratação direta de obras, bens e serviços, incluídos os serviços de engenharia.

Art. 6º A Administração da Câmara Municipal poderá adotar o Sistema de Dispensa Eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I – Contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do caput do art. 75 da Lei nº 14.133/2021;

II – Contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133/2021; e,

III – Registro de preços para a contratação de bens e serviços por mais de um órgão ou entidade, nos termos do § 6º do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Para os casos elencados neste artigo e demais hipóteses previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021 será facultado à Administração a utilização ou não do Sistema

de Dispensa Eletrônica, considerando-se as peculiaridades de cada caso, utilizando-se preferencialmente o Chamamento Público para apresentação de orçamentos no caso da Contratação Direta não ser realizada eletronicamente.

Art. 7º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do Art. 6º, deverão ser observados:

I – O somatório despendido no exercício financeiro pela respectiva Unidade Gestora; e

II – O somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica às contratações de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) de serviços de manutenção de veículos automotores de propriedade do órgão ou entidade contratante, incluído o fornecimento de peças, de que trata o § 7º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 8º Compete a Autoridade Competente do sistema provedor, designada pelo Ordenador de Despesa, a execução dos seguintes atos no sistema provedor:

I – Solicitação de chaves de acesso no sistema provedor;

II – Suspensão do procedimento;

III – Adjudicação do objeto e homologação do procedimento no sistema provedor.

Parágrafo único. O ato especificado no inciso III deste artigo somente será registrado no sistema provedor após decisão expressa do Ordenador de Despesa nos autos do processo.

Art. 9º Compete aos Setores Requisitantes no tocante aos processos de aquisições e contratações:



IMPrensa Oficial Eletrônica

Câmara Municipal de Santa Leopoldina

Santa Leopoldina, 10 de janeiro 2024 (quarta-feira)

Edição 859 (Extraordinária)

I – Aprovar o documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II – Designar o fiscal/gestor da contratação, que será o responsável pelo acompanhamento e verificação da execução do objeto contratado;

III – Indicar a dotação orçamentária; e,

IV – Apresentar a garantia de reserva orçamentária para os processos a serem executados no mesmo exercício financeiro.

Parágrafo Único. O ato de autorizar a realização do procedimento, de adjudicar o objeto e homologar e ou ratificar o procedimento é de competência do Ordenador de Despesas.

Art. 10 São atribuições dos Agentes responsáveis pela condução do procedimento:

I – Coordenar o procedimento de contratação;

II – Acompanhar e julgar a proposta de preço mais vantajosa, verificando sua conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência, com o auxílio técnico do setor requisitante;

III – Verificar e julgar as condições de habilitação, com o auxílio técnico do setor requisitante; e,

IV – Encaminhar o processo, devidamente instruído, ao Ordenador de Despesa para adjudicação do objeto e homologação e ou ratificar do procedimento.

Art. 11 Os servidores designados para a condução do procedimento e os fornecedores interessados, serão previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico.

§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 2º Caberá à Autoridade Competente do sistema provedor, designada pelo Ordenador de Despesa, solicitar, junto ao provedor do sistema, o credenciamento dos servidores designados para a condução do procedimento.

Art. 12 O fornecedor deverá estar previamente cadastrado junto ao provedor do Sistema de Dispensa Eletrônica.

§ 1º É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada.

§ 2º O credenciamento do fornecedor de que trata o caput, implica na responsabilização pelos atos praticados, devendo ser indicada pessoa com capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

Art. 13 O procedimento será conduzido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio, podendo contar com o apoio técnico dos setores requisitantes.

Art. 14 O setor responsável pela condução do procedimento deverá inserir no sistema provedor as seguintes informações para a realização da contratação:

I – Termo de referência, projeto básico ou outro instrumento equivalente que contemple todas as informações necessárias para formulação da proposta;

II – Especificação do objeto a ser adquirido ou contratado;

III – Quantidade e o preço estimado ou máximo de cada item, observada a respectiva unidade de fornecimento;

IV – Observância das disposições previstas na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações posteriores;

V – Data e o horário de sua realização, respeitado o horário comercial, e o endereço eletrônico onde ocorrerá o procedimento.

Parágrafo único. Em todas as hipóteses estabelecidas no art. 8º, o prazo fixado para abertura do procedimento e envio de



IMPrensa Oficial Eletrônica

Câmara Municipal de Santa Leopoldina

Santa Leopoldina, 10 de janeiro 2024 (quarta-feira)

Edição 859 (Extraordinária)

lances, não será inferior a 03 (três) dias úteis, contado da data de divulgação do aviso da contratação.

Art. 15 O procedimento será divulgado no provedor do Sistema de Dispensa Eletrônica.

Art. 16 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, o valor ofertado à título de proposta comercial, a marca do produto, quando for o caso, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

Art. 17 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Art. 18 O pedido de esclarecimento poderá ser realizado, por qualquer interessado, até 01 (um) dia útil antes da data fixada para abertura do procedimento, por meio do sistema provedor.

Art. 19 A partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos por período nunca inferior a 4 (quatro) horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

Parágrafo único. Imediatamente após o término do prazo estabelecido no caput, o procedimento será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

Art. 20 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no procedimento.

Art. 21 O fornecedor será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

Art. 22 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele

ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Art. 23 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

Art. 24 Durante a sessão pública, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do respectivo fornecedor.

Art. 25 Encerrado o procedimento de envio de lances, será realizada a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

Art. 26 Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o servidor responsável pela condução do procedimento poderá negociar condições mais vantajosas.

Parágrafo único. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada no processo de contratação.

Art. 27 A negociação poderá ser realizada com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

Art. 28 Definida a proposta vencedora, o servidor responsável pela condução do procedimento deverá solicitar, por meio do sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado pelo vencedor.



IMPrensa Oficial Eletrônica

Câmara Municipal de Santa Leopoldina

Santa Leopoldina, 10 de janeiro 2024 (quarta-feira)

Edição 859 (Extraordinária)

Parágrafo único. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

Art. 29 Para a habilitação do fornecedor mais bem classificado serão exigidos, os documentos estabelecidos no Aviso de Contratação Direta em conformidade com a Legislação de regência.

Parágrafo único. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados por meio do sistema provedor, no prazo de mínimo 04 (quatro) horas, a contar da convocação do servidor responsável pela condução do procedimento.

Art. 30 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no art. 29, o fornecedor será habilitado.

Parágrafo único. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o servidor responsável pela condução do procedimento examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

Art. 31 No caso de o procedimento restar fracassado, o órgão poderá:

I – Republicar o procedimento;

II – Fixar prazo para que os fornecedores interessados possam adequar as suas propostas ou sua situação no que se refere à habilitação; ou

III – Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

§ 1º Não havendo propostas obtidas na pesquisa de preços, aptas a contratarem com o órgão, poderá ser ampliada a pesquisa objetivando alcançar propostas que atendam às condições de habilitação exigidas.

§ 2º O disposto nos incisos I e III caput poderá ser utilizado nas hipóteses de o procedimento restar deserto.

Art. 32 Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado ao Ordenador de Despesa para adjudicação do objeto e homologação e ou ratificar o procedimento.

Art. 33 O Presidente da Câmara Municipal poderá:

I – Expedir normas complementares necessárias para a execução desta Instrução Normativa; e

II – Estabelecer, por meio de orientações ou manuais, informações adicionais para fins de operacionalização do Sistema de Dispensa Eletrônica.

Art. 34. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Instrução Normativa nº 004/2023.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 10 de janeiro de 2024.

NELSON LICHTENHELD
Presidente da Câmara

YARA DEPIANTTI GOBBO SOARES
Chefe da Unidade Central de Controladoria
Interna

VINÍCIUS FONSECA LEÃO
Coordenador Geral Administrativo



ATOS DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº. 007/2024

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Leopoldina – Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica aprovada a **Instrução Normativa Nº 001/2024**, de responsabilidade da Coordenadoria Geral Administrativa, que dispõe sobre a regulamentação os processos de Contratação Direta pelo regime da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, no âmbito da Câmara Municipal de Santa Leopoldina, e dá outras providências, com base na Resolução nº 005 de 13 de setembro de 2023.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial, a Portaria nº 113/2023.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 10 de janeiro de 2024.

NELSON LICHTENHELD

Presidente da Câmara